

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007555-46.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Rosena Gonçalves Barboza**
 Requerido: **Luciano Ricardo Guedes de Mattos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

ROSENA GONÇALVES BARBOZA move **AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO cc COBRANÇA** em face de **LUCIANO RICARDO GUEDES DE MATTOS e REINALDO FRANCISCO CANOVA**, todos devidamente qualificados.

Sustenta a autora que é proprietária do imóvel descrito na inicial e que locou-o ao correquerido Luciano. O corréu Reinaldo figura no contrato como fiador. Todavia, os correqueridos encontram-se inadimplentes desde outubro de 2015. Ingressou com a presente ação pedindo a decretação do despejo e a condenação dos requeridos no pagamento de R\$ 1.950,00.

Os requeridos foram devidamente citados e deixaram de apresentar defesa, ficando reconhecidos em estado de contumácia (cf. fls. 29).

A fls. 28 a requerente peticionou informando a desocupação do imóvel.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o relatório.

DECIDO.

A ação comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 344, II, do Código de Processo Civil.

A ação foi proposta em 21/06/2016 e os chamados se concretizaram em 30/06/2016 e 19/07/2016. A desocupação do imóvel foi noticiada em 20/08/2016, portanto, na sequência dos referidos atos.

Com a evacuação do imóvel a pendenga perdeu o objeto em relação ao pleito principal (despejo).

Já o pleito de cobrança merece acolhida.

Com o silêncio os requeridos confessaram a mora, devendo pagar os locativos e consectários deixados “em aberto”.

Assim, **JULGO EXTINTO O PROCESSO** sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC e art. 66 da Lei de Locação, em relação ao pleito de despejo.

Outrossim, **condeno** os requeridos, LUCIANO RICARDO GUEDES DE MATTOS e REINALDO FRANCISCO CANOVA, ao pagamento dos aluguéis e encargos deixados em aberto no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), com correção monetária a contar do ajuizamento e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. Devem, ainda, pagar os consectários que se venceram até a data da desocupação, noticiada em 20/08/2016, com correção a contar de cada vencimento.

Sucumbentes, pagarão as custas processuais e honorários advocatícios fixados no despacho de fls. 13, desde que a execução dos alugueres se dê nesses autos. Caso sejam perseguidos em ação autônoma, por meio de execução de título extrajudicial ou cobrança, os honorários para essa ação de despejo ficam estabelecidos em R\$ 1.000,00, a fim de não se configurar *bis in idem* a execução de tal verba.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e 524 do CPC.

P. R. I.

São Carlos, 19 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**